

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.880 - DF (2019/0350374-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : T DE S F
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto pela Defensoria Pública, em favor de T. S. F. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (HC n. 0722075-59.2019.8.07.0000).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi condenado pelos crimes previstos no artigo 147 do Código Penal e artigo 65 da Lei de Contravenções Penais, à pena de 1 mês e 15 dias de detenção, no regime semiaberto. Após a condenação, foi proferida decisão mantendo as medidas protetivas, enquanto se mostrarem necessárias à incolumidade física e psicológica da vítima.

Inconformada, a defesa então impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem. A ordem, contudo, foi denegada, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl.390):

HABEAS CORPUS. MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. PROIBIÇÃO DE APROXIMAÇÃO E CONTATO. PRAZO. PROTEÇÃO DA MULHER EM SITUAÇÃO DE RISCO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO VERIFICADO. ORDEM DENEGADA.

I - Inexiste ilegalidade na decisão que após a prolação de sentença condenatória, preservou as medidas protetivas de urgência fixadas anteriormente. Isso porque elas possuem caráter autônomo e independem da instauração de inquérito policial ou de ação penal.

II - O fim proposto pela Lei nº 11.340/2006 é a coibição de violência doméstica, lastreada na garantia constitucional de ampla proteção à família e no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Superior Tribunal de Justiça

III - Enquanto houver situação de risco para a mulher, mostra-se recomendável a manutenção das medidas protetivas de urgência.

IV - Ordem denegada.

No presente recurso, a defesa sustenta, em síntese, a ilegalidade da decisão que manteve as medidas protetivas de urgência anteriormente estabelecidas, após o advento de sentença condenatória e por prazo indeterminado.

Afirma que "[o] acórdão não trouxe à baila fatos novos que evidenciem a prática de atos de violência doméstica, inexistindo razões para justificar a manutenção das medidas apenas pela manifestação de vontade da ofendida certificada nos autos originários" (e-STJ fl. 407).

Argumenta que o decurso considerável de lapso temporal sem qualquer fato novo, sem registro de perturbação ao sossego da vítima, mostra-se suficiente para justificar o afastamento das medidas protetivas impostas após a sentença condenatória.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a revogação das medidas protetivas de urgência, ou que se estabeleça um período certo para cumprimento.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência. Isso porque, o Tribunal impetrado, ao que parece, entendeu não haver vinculação estrita entre a aplicação das medidas protetivas de urgência e a ação penal. Confira-se (e-STJ fls. 396/397 *grifei*):

[...]

Logo, diante do caráter autônomo das medidas protetivas de

urgência que visam a proteção concreta da mulher em situação de risco, não há que se falar que ao manter as medidas protetivas de urgência fixadas nos autos de n° 2017.11.1.003103-7 em momento posterior à sentença, o d. magistrado tenha incorrido em qualquer ilegalidade. Isso porque, pelos motivos alhures indicados, é notória a não ocorrência de preclusão sobre a matéria face a não vinculação estrita das medidas protetivas de urgência a eventual inquérito policial ou ação penal.

Aliás, conforme bem registrado pela d. Procuradoria de Justiça, é de se destacar que, no caso, as medidas protetivas de urgência foram fixadas em autos apartados (processo n° 2017.11.1.003103-7) e, por ocasião da sentença, ainda estavam em vigor. Assim, após manter contato com a ofendida, o d. magistrado apenas consignou em decisão posterior que as mantinham, não contrariando, portanto, as disposições da r. sentença, tampouco criando situação jurídica nova a reclamar o reconhecimento de qualquer nulidade.

Por oportuno, confira-se excerto da manifestação ministerial (ID 12272135 - fl. 6):

Ao prolatar a sentença, portanto, ainda em vigência as medidas protetivas, o Magistrado extinguiu outro apenso (2017.11.1.003458-4) e determinou: No tocante às medidas protetivas deferidas nos autos n. 2017.11.1.003103-7, mantenha-se contato com a Ofendida e colha-se a sua manifestação quanto ao interesse em mantê-las ou revogá-las. O destaque indica que o Juízo tinha plena ciência de que ainda tinham vigência. Após a manifestação referida, conforme certidão contida às fls. 183, quanto à permanência do interesse na continuidade da vigência das medidas protetivas, nos autos em apenso 2017.11.1.003103-7 e não naquele em que proferida a sentença, o Magistrado, no ID 11952922, fls. 199, apenas assinalou que as mantinha. Portanto, nada de diferente foi determinado, apenas que cópia fosse transladada para os autos principais.

A par desses registros, é importante ressaltar que o descumprimento reiterado das medidas protetivas fixadas, a reincidência do paciente, o questionário preenchido pela vítima no sentido de apontá-lo como pessoa violenta (ID 12061284 - fl. 9) e o parecer exarado pela Secretaria Psicossocial Judiciária indicando a existência de alto risco para a ocorrência de novas situações de violência doméstica (ID 12061293-FL.30) são circunstâncias aptas a recomendar a manutenção das medidas protetivas nos exatos termos da decisão

Superior Tribunal de Justiça

atacada, já que neste momento ainda não se tem a certeza necessária de que a situação de risco apresentada tenha cessado.

Desse modo, considerando que não foram trazidos aos autos fundamentos idôneos que pudessem desconstituir ou macular a decisão atacada, tenho que ela deve ser prestigiada até que sobrevenham informações seguras acerca da garantia da incolumidade física e psíquica da ofendida.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado da Quinta Turma.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso às informações processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator